

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.336 - SP (2019/0125547-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE : ADAJILSON MACIANO DA SILVA (PRESO)
RECORRENTE : ADRIANO ALCANTARA DE OLIVEIRA (PRESO)
RECORRENTE : AUDELANIO SOARES FERREIRA (PRESO)
RECORRENTE : BRUNO CESAR LEAL DA COSTA (PRESO)
RECORRENTE : DANIEL DE OLIVEIRA AMANCIO AMAT (PRESO)
RECORRENTE : DARIO SATILITE (PRESO)
RECORRENTE : FABIO MARTINS FERREIRA (PRESO)
RECORRENTE : FELLIPE VIDOLIM CINTI (PRESO)
RECORRENTE : GLAUCO PRADELLA TEIXEIRA DA CUNHA (PRESO)
RECORRENTE : GRACIELE DA SILVA SANTOS (PRESO)
RECORRENTE : HERWERTON ARAUJO DE OLIVEIRA (PRESO)
RECORRENTE : ISLEI FABIANO DA SILVA BRAZ (PRESO)
RECORRENTE : NAUE OLIVEIRA CORTES (PRESO)
RECORRENTE : ORLANDO FRANCA DE ALMEIDA (PRESO)
RECORRENTE : RAFAEL DA SILVA (PRESO)
RECORRENTE : RICARDO VARELA REBOREDO (PRESO)
RECORRENTE : TIAGO LUCAS ALVES (PRESO)
ADVOGADO : FLAVIA MAGALHÃES ARTILHEIRO - SP247025
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA ATOS INVESTIGATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. NÃO OCORRÊNCIA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. QUESTÃO SUPERADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não subsiste a tese violação ao princípio do juiz natural quando o Magistrado competente para conduzir as investigações delega sua competência para decidir sobre as medidas cautelares relacionadas ao inquérito.

2. No caso, o Juiz Corregedor da Justiça Militar Paulista, competente para atuar nos procedimentos administrativos instaurados para apurar responsabilidades de Policiais Militares envolvidos em ilícitos criminais, em razão da complexidade da feito, delegou ao Juízo da 1ª Auditoria Militar Paulista a competência para decidir sobre medidas cautelares relacionadas ao inquérito, inclusive os decretos de prisão preventiva levados a efeito, retornando os autos, após a audiência de custódia, ao órgão competente para conduzir a investigação, o qual convalidou os atos decisórios.

3. Ademais, o recebimento da denúncia pelo Juiz de primeiro grau torna prejudicado o exame da alegada nulidade do procedimento inquisitório, que se constitui em peça meramente informativa, motivo pelo qual

Superior Tribunal de Justiça

eventuais irregularidades nessa fase não tem o condão de macular a futura ação penal.

4. Vale lembrar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior é uníssona no sentido de que, tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige a efetiva demonstração de prejuízo ao acusado, o que não ocorreu na espécie.

5. Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora